

em destaque:

Abertura dos serviços postais à concorrência em 2011

O Parlamento Europeu deu luz verde à **liberalização dos serviços postais a partir de 2011**, depois de o Conselho, ainda sob Presidência portuguesa, ter incorporado na sua posição comum os principais elementos defendidos pelos eurodeputados. O **serviço universal deve continuar a ser prestado em toda a sua extensão**, isto é, incluindo pelo menos **uma entrega e recolha cinco dias por semana para cada cidadão da UE**.

A directiva prevê a abertura total do mercado dos serviços postais o mais tardar até **31 de Dezembro de 2010**, contemplando a possibilidade de alguns Estados-Membros poderem adiá-la por mais dois anos no máximo, ou seja, até **31 de Dezembro de 2012** (Chipre, Eslováquia, Grécia, Hungria, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Polónia, República Checa e Roménia). Desta forma, os operadores e os reguladores (em países que estão atrasados no processo de liberalização) terão mais tempo para se ajustarem.

Medidas para aumentar a mobilidade dos investigadores na UE

Num relatório sobre o Espaço Europeu da Investigação, o PE avança com várias recomendações para **aumentar a mobilidade dos investigadores na UE**.

Entre outras propostas o PE propõe a criação de um sistema de **"vouchers" de investigação**, que poderiam ser utilizados pelos investigadores noutros Estados-Membros e nos institutos e universidades que os acolhessem, e a criação de bolsas e programas de pós-graduação no âmbito do programa **Erasmus**.

Eficiência energética: PE acusa faltas de cumprimento pelos Estados-Membros

Num relatório sobre o **Plano de Acção para a Eficiência Energética**, o **Parlamento Europeu censura** o facto de **"muitos governos dos Estados-Membros não terem conferido prioridade à transposição integral e imediata, bem como ao cumprimento da legislação em matéria de eficiência energética, não obstante as proclamações retóricas sobre a luta contra as alterações climáticas e sobre a redução das importações de energia pela UE"**.

Unidades especiais de intervenção: melhorar a sua cooperação em situações de crise

O PE deu o seu apoio à aprovação de uma decisão sobre a melhoria da **cooperação entre as unidades especiais de intervenção** dos Estados-Membros da UE em **situações de crise**, como no caso de atentados terroristas.

As alterações apresentadas pelos eurodeputados visam sobretudo clarificar o que se entende por **"situação de crise"** e o modo de cooperação entre os Estados-Membros.

Mais eficácia nas pescas com maior protecção do ecossistema

O PE pronunciou-se sobre a Comunicação da Comissão acerca de uma política destinada a **reduzir as capturas acessórias indesejadas** e a **eliminar as devoluções nas pescarias europeias**.

Os deputados consideram que a maneira **mais sensata** de avançar é **escolher algumas pescarias piloto**, em função do volume das devoluções ou do estado de conservação das espécies em causa, e sugerem duas pescarias possíveis: as que utilizam redes de arrasto de vara e as que pescam e devolvem ao mar o bacalhau.

Rescaldo da Sessão Plenária de 30 a 31 de 2008

Abertura da sessão:

Na abertura da sessão plenária de 30 de Janeiro, o Presidente do Parlamento Europeu, Hans-Gert Pöttering, felicitou a Eslovénia e Malta por terem ratificado o Tratado de Lisboa, *"um sinal político muito importante"* para os outros Estados-Membros, disse.

Depois de a Hungria o ter feito em Dezembro, eleva-se assim para três o número de Estados-Membros que já ratificaram o Tratado.

Relações Externas

➤ PE apela ao Irão para que *"volte a conferir transparência ao seu programa nuclear"*

O Parlamento Europeu aprovou uma resolução sobre o Irão, na qual lamenta que o país *"ainda não tenha cumprido as suas obrigações internacionais, suspendendo todas as actividades relacionadas com o tratamento e o enriquecimento de urânio"*, protesta veementemente contra a execução, hoje às quatro da manhã, de Zamal Bawi, activista político Ahwasi, e insta o governo iraniano a pôr fim às execuções, incluindo a de um cidadão europeu.

Na resolução, o Parlamento Europeu manifesta a sua profunda preocupação com a *"deterioração da situação dos direitos humanos no Irão nos últimos anos"*, com o *"forte aumento da repressão dos movimentos da sociedade civil"* e condena veementemente as sentenças de morte e as execuções no país, como a de Zamal Bawi, hoje às quatro da manhã, como anunciado pelo eurodeputado português Paulo CASACA antes da votação da resolução.

Os eurodeputados solicitam às autoridades iranianas que ponham termo a todas as formas de discriminação e a quaisquer outras violações dos direitos humanos das pessoas pertencentes a minorias religiosas, étnicas, linguísticas ou outras, incluindo, *inter alia*, os Árabes, os Azeris, os Baluques, os Curdos, os Baha'i, os Cristãos, os Judeus, os Sufis e os Muçulmanos Sunitas, condenando também a repressão exercida sobre os opositores políticos, os defensores dos direitos humanos, os jornalistas, os autores de blogs na Internet, os professores, os intelectuais, as mulheres, os estudantes, os sindicalistas, etc.

A questão nuclear

O Parlamento Europeu defende que *"é possível encontrar uma solução para a escalada da questão nuclear"* e que *"não deve ser tomada qualquer medida de carácter militar"*, convidando a Administração norte-americana e todos os outros intervenientes envolvidos a *"renunciar a qualquer retórica sobre opções militares e políticas de mudança de regime contra o Irão"*.

Os eurodeputados solicitam ao Irão *"que entre, de imediato, num novo ciclo de negociações sobre a direcção futura do seu programa nuclear e suspenda todas as actividades relativas ao enriquecimento"*.

O PE congratula-se com o acordo alcançado na reunião entre os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos países que são membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, a Alemanha e o Alto Representante para a PESC, realizada em Berlim, em 22 de Janeiro, sobre uma nova proposta de resolução sobre o Irão, e regozija-se também com o facto de *"a comunidade internacional sustentar uma abordagem comum sobre esta matéria"*.

Relações UE-Irão

"A eventual celebração futura de um acordo de comércio e cooperação entre o Irão e a UE depende de uma melhoria substancial na situação dos direitos humanos do Irão, assim como da plena cooperação deste país com a AIEA e de garantias objectivas quanto à natureza pacífica do seu programa nuclear", sublinham os eurodeputados.

Debate que antecedeu a votação

"O Irão é um dos assuntos mais importantes na agenda da comunidade internacional nos dias de hoje" e "um país-chave no Médio Oriente", disse o Alto Representante para a Política Externa e de Segurança Comum (PESC). "Gostaríamos de ter uma relação construtiva com o Irão, mas a situação é difícil", reconheceu Javier **SOLANA** no início da sua intervenção em plenário.

Sobre democracia: "30% dos candidatos às eleições de Março não foram admitidos", mas, para SOLANA, "uma democracia que não é perfeita é melhor que nenhuma". Por isso, "é importante estreitar relações com os deputados iranianos".

Sobre direitos humanos: aumentou o número de execuções no país, os actos de tortura, as violações dos direitos das mulheres, o que é "intolerável".

Sobre a instabilidade na região: "o Irão é o único país do Médio Oriente que não aceita a solução de dois Estados" (israelita e palestino) e é um foco de "instabilidade" no Líbano, sendo, por isso, "um actor muito duro e difícil no Médio Oriente". Para SOLANA, "é importante que o Irão tenha um papel construtivo e não de ameaça na região".

Sobre o programa nuclear iraniano: "mesmo tratando-se de uma suspeita, esta pode funcionar como um factor de instabilidade no Médio Oriente". Caso fosse desenvolvida uma arma nuclear, isso levaria a uma "instabilidade radical" e "poria em causa todo o sistema de não-proliferação nuclear", declarou SOLANA. "O nosso objectivo é acabar com as suspeitas, o que apenas pode ser alcançado através de uma solução negociada". É importante o diálogo e que o Irão colabore com a Agência Internacional da Energia Atómica (AIEA), insistiu.

"Se continuam com o enriquecimento do urânio, a questão é: para quê? Esta é uma pergunta à qual não obtivemos resposta", disse Javier SOLANA aos eurodeputados. No entanto, "temos de assegurar que as suas intenções são apenas pacíficas", acrescentando que o objectivo da nova resolução do Conselho de Segurança da ONU "não é de punir o Irão, mas sim trazê-lo para a mesa de negociações". "Tentámos chegar a uma solução negociada, mas ainda não tivemos êxito", reconheceu SOLANA. "O trabalho continua em Nova Iorque para termos uma nova resolução". "Temos de continuar a insistir, mas o Irão não está a fazer a sua parte", por exemplo, "o Irão é signatário do Tratado de Não Proliferação mas não está a cumpri-lo".

Quanto à garantia de abastecimento de combustível nuclear, o Alto Representante para a PESC disse apoiar a criação de um "banco mundial de combustível" com esse objectivo.

"Todos [UE e Irão] temos de tirar vantagens recíprocas e continuarei a trabalhar em prol desse objectivo", garantiu no final da sua intervenção.

Intervenção dos grupos políticos

Segundo Michael **GAHLER** (PPE/DE, DE), "o facto de não obtermos resposta [das autoridades iranianas] faz com que "não possamos ultrapassar este clima de desconfiança". "Penso que devemos procurar o diálogo sempre que possível, mas temos de ser firmes", disse, referindo-se também aos direitos humanos.

Para Johannes **SWOBODA** (PSE, AT), "os direitos humanos, a questão nuclear e as eleições no Irão" são os três assuntos fundamentais que precisam de ser abordados, e não a questão de a Organização Mujahedin do Povo do Irão dever ou não constar da lista de organizações terroristas. "Isso é outro assunto", disse. Sobre as eleições, o eurodeputado sublinhou que estas só têm sentido se forem "verdadeiramente livres", o que é muito importante para a "democratização de toda a região".

Annemie **NEYTS-UYTTEBROECK** (ALDE, BE) alertou para o número de vítimas no Irão, que é

"trágico" e que mostra que "o país não respeita a sua própria história". O debate com Jalili na Comissão dos Assuntos Externos do PE "não foi muito agradável", mas ele percebeu que os europeus não vêem com bons olhos que o país siga o caminho da militarização, afirmou.

Para Konrad **SZYMAŃSKI** (UEN, PL), "o mais importante é assegurar que o país não adquira a arma nuclear". O eurodeputado qualificou de "ingenuidade" pensar-se que o programa nuclear seja apenas para fins civis. "A UE deve fazer prova de grande firmeza nesta questão do nuclear", insistiu.

Angelika **BEER** (Verdes/ALE, DE) frisou que a distribuição de lugares no parlamento iraniano mostra que "é preciso continuar a apoiar todos aqueles que são ameaçados", como as mulheres e os sindicalistas. "Será que usámos toda a nossa margem de manobra?", questionou. Quanto às sanções, a eurodeputada é de opinião de que estas prejudicam a sociedade civil e beneficiam o Presidente iraniano.

Para Tobias **PFLÜGER** (CEUE/EVN, DE), a situação da sociedade civil no Irão é "insustentável", afirmando ser contra as sanções e contra qualquer ameaça de guerra: "Em vez de uma escalada de guerra devemos entrar num clima de negociação".

Bastiaan **BELDER** (IND/DEM, NL) disse ter boas e más notícias sobre o Irão. Como um aspecto positivo destacou o facto de, em Dezembro, a oposição se ter manifestado contra as declarações do Presidente iraniano sobre o Holocausto. Como aspecto negativo, o facto de o Irão ter dito que se a resolução do Conselho de Segurança da ONU for aprovada isso terá consequências sérias.

Philip **CLAEYS** (NI, BE) sublinhou que o regime iraniano continua a ser "um factor de instabilidade para o Médio Oriente assim como para outras partes do mundo". "Nas circunstâncias actuais, seria errado diminuir a pressão sobre o Presidente iraniano: temos de ser firmes", concluiu.

Livre Circulação de Serviços

➤ Abertura dos serviços postais à concorrência em 2011

O Parlamento Europeu deu luz verde à liberalização dos serviços postais a partir de 2011, depois de o Conselho, ainda sob Presidência portuguesa, ter incorporado na sua posição comum os principais elementos defendidos pelos eurodeputados. O serviço universal deve continuar a ser prestado em toda a sua extensão, isto é, incluindo pelo menos uma entrega e recolha cinco dias por semana para cada cidadão da UE.

Datas para a abertura do mercado

A directiva prevê a abertura total do mercado dos serviços postais o mais tardar até **31 de Dezembro de 2010**, contemplando a possibilidade de alguns Estados-Membros poderem adiá-la por mais dois anos no máximo, ou seja, até **31 de Dezembro de 2012** (Chipre, Eslováquia, Grécia, Hungria, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Polónia, República Checa e Roménia). Desta forma, os operadores e os reguladores em países que estão atrasados no processo de liberalização terão mais tempo para se ajustarem.

Reciprocidade

A fim de evitar distorções de mercado e concorrência desleal, os Estados-Membros que tenham aberto o seu mercado podem, entre 1 de Janeiro de 2011 e 31 de Dezembro de 2012, recusar aos monopólios que operam noutro Estado-Membro autorização para operar no seu território.

Serviço universal garantido

O serviço universal deve continuar a ser prestado em toda a sua extensão, isto é, incluindo pelo menos uma entrega e recolha cinco dias por semana para cada cidadão da UE.

O relator do Parlamento Europeu sobre a directiva relativa aos serviços postais, Markus **FERBER** (PPE/DE, DE), sublinha que *"é importante manter redes postais a funcionar bem e com um número suficiente de pontos de acesso em regiões rurais, remotas ou pouco povoadas, a fim de satisfazer a obrigação de serviço universal"*.

A directiva reconhece, aliás, que as redes postais rurais, nomeadamente nas zonas montanhosas e insulares, desempenham um papel relevante na integração das empresas na economia nacional/global e na manutenção da coesão social e do emprego.

Considerações sociais

As considerações sociais deverão ser tidas em conta no processo de abertura do mercado. *"A presente directiva não prejudica a competência dos Estados-Membros de regulação das condições de trabalho no sector dos serviços postais, o que, no entanto, não deverá conduzir a uma concorrência desleal. Aquando da preparação da abertura do mercado dos serviços postais, deverão ser igualmente tidas na devida conta considerações de carácter social"*, lê-se no documento.

Os Estados-Membros deverão poder reflectir as condições de trabalho nos seus procedimentos de autorização e dispor do direito de impor condições sobre prestação de serviços postais por razões não económicas, como o cumprimento de condições de emprego e de regimes de segurança social estabelecidos por lei e/ou por convenções colectivas negociadas entre os parceiros sociais nacionais.

Financiamento

Quando um Estado-Membro determinar que as obrigações do serviço universal implicam custos líquidos, deverá elaborar um plano de financiamento e notificar a Comissão. A Comissão deverá dar orientações quanto ao cálculo dos custos líquidos.

Ambiente

➤ **PE quer "revisão urgente" da política da UE sobre biocombustíveis**

Num dos pontos da resolução aprovada em plenário a 31 de Janeiro sobre os resultados da Conferência de Bali sobre as alterações climáticas, os eurodeputados requerem uma "revisão urgente da política da União Europeia em matéria de biocombustíveis", insistindo em particular na "durabilidade", em termos de redução das emissões de gases de efeito de estufa, de cada biocombustível no conjunto do ciclo de vida.

O PE defende que, *"aquando da concepção e aplicação de estratégias que apostam nos biocombustíveis enquanto opção energética, conviria ter em conta plenamente todos os seus inconvenientes em termos ambientais, sociais e económicos e tomar medidas de protecção a esse respeito"*, solicitando à Comissão Europeia que proponha *"normas sólidas e critérios claros para a produção de biocombustíveis"*.

Quanto a Bali, os eurodeputados expressam a sua satisfação porque o Plano de Acção contém *"um calendário claro, fixa o prazo de 2009 para a celebração do acordo e assinala as questões essenciais que se abordarão durante as negociações"*, proporcionando, deste modo, *"uma boa base para o processo"* negocial.

Para preservar a credibilidade do Plano de Acção de Bali, *"os países desenvolvidos devem concluir urgentemente parcerias a favor do clima com as grandes economias emergentes como a China e a Índia, de modo a promover uma cooperação estreita sobre uma reforma da política energética, sobre a criação de capacidades, sobre o apoio aos investimentos em eficiência energética e sobre a tecnologia de baixas emissões de carbono"*, sublinha o PE.

Apesar de lamentar que não tenha sido possível incluir uma referência clara à necessidade de impor reduções de emissões vinculativas ao transporte aéreo e marítimo, o PE nota que *"o mandato de Bali não exclui medidas vinculativas"* para este tipo de transporte, repetindo assim o

seu pedido de inclusão das emissões dos transportes aéreos e marítimos nos compromissos internacionais de redução dos gases com efeito de estufa para o período ulterior a 2012.

Por fim, os deputados tomam nota da obrigação assumida pela União Europeia – *"independentemente de ser ou não concluído um acordo mundial para o período posterior a 2012"* – de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em pelo menos 20% até 2020, requerendo *"políticas e medidas que permitam gastar mais recursos quer a nível nacional quer a nível da União Europeia em investigação e desenvolvimento e em inovação"* na redução das emissões.

O PE solicita ainda que se proceda a uma reflexão no seio da OMC *"visando a adopção de medidas temporárias favoráveis à produção e exportação de tecnologias inovadoras e de produtos respeitosos do clima"*.

A resolução foi aprovada por 605 votos a favor, 45 contra e 19 abstenções.

Energia

➤ **Eficiência energética: PE acusa faltas de cumprimento pelos Estados-Membros**

Num relatório sobre o Plano de Acção para a Eficiência Energética, o Parlamento Europeu censura o facto de *"muitos governos dos Estados-Membros não terem conferido prioridade à transposição integral e imediata, bem como ao cumprimento da legislação em matéria de eficiência energética, não obstante as proclamações retóricas sobre a luta contra as alterações climáticas e sobre a redução das importações de energia pela UE"*.

Os eurodeputados consideram que o objectivo de melhorar a eficiência energética em mais de 20% até 2020 *"é inteiramente realizável do ponto de vista técnico e económico"*, mas lamentam que, das 21 acções da Comissão previstas no Plano de Acção para serem completadas em 2007, apenas 3 tenham sido integralmente executadas até 1 de Setembro passado.

O PE acolhe favoravelmente o *"Plano de Acção para a Eficiência Energética"* apresentado pela Comissão em finais de 2006 e congratula-se com os objectivos e o alcance do mesmo, mas regista, com preocupação, que *"a aplicação pelos Estados-Membros da legislação existente em matéria de eficiência energética é incompleta e conhece atrasos"*.

"A Directiva 2006/32/CE exigia que cada Estado-Membro apresentasse à Comissão um plano de acção nacional em matéria de eficiência energética até 30 de Junho de 2007. Em 1 de Setembro de 2007, a Comissão apenas recebera nove desses planos e, em 10 de Janeiro de 2008, apenas dezassete", diz o PE.

O relatório nota também a *"falta generalizada de informações simples e imediatas"* aos cidadãos e de apoio organizativo em matéria de eficiência energética onde as necessidades se fazem sentir, necessidades essas que podem surgir subitamente (p. ex. quando um electrodoméstico ou outro equipamento se avaria) ou estar relacionadas com acontecimentos específicos (p. ex. mudança de casa).

"A falta de consideração das necessidades práticas dos cidadãos está a prejudicar muitos projectos de eficiência energética", afirmam os eurodeputados, salientando a *"importância de uma ajuda concreta e de um financiamento inicial"*.

Mais fundos para a melhoria da eficiência energética das habitações

Num dos pontos do relatório, os parlamentares pedem à Comissão Europeia que aumente de 3% para, no mínimo, 5% a parcela dos fundos estruturais e de coesão que deve ser despendida na melhoria da eficiência energética das habitações existentes e solicitam aos Estados-Membros que tirem pleno partido dessa oportunidade.

Publicidade a automóveis

O PE solicita ainda a alteração da Directiva 1299/94/CE relativa às informações sobre a economia de combustível e as emissões de CO₂ disponíveis para o consumidor na comercialização de automóveis de passageiros, *"de modo a permitir a rotulagem de automóveis segundo um formato claro em várias categorias, como o utilizado na rotulagem de aparelhos"* (actualmente sete categorias, de A a G). Os eurodeputados propõem que *"um mínimo de 20% de todo o espaço dedicado à publicidade e comercialização de veículos novos deva fornecer informações sobre a eficiência na utilização do combustível e sobre as emissões"*.

O documento, aprovado por 592 votos a favor, 26 contra e 30 abstenções, analisa também questões relacionadas com equipamentos e aparelhos, os requisitos de desempenho para edifícios, a produção e distribuição de electricidade, os transportes, a política regional, a fiscalidade, as cidades e a mudança de comportamentos.

Fiona HALL (ALDE, UK)
Relatora

Justiça e Assuntos Internos

➤ **Unidades especiais de intervenção: melhorar a sua cooperação em situações de crise**

O Parlamento Europeu deu o seu apoio à iniciativa da Áustria que tem em vista a aprovação de uma decisão no Conselho sobre a melhoria da cooperação entre as unidades especiais de intervenção dos Estados-Membros da UE em situações de crise, como no caso de atentados terroristas. As alterações apresentadas pelos eurodeputados, em processo de consulta, visam sobretudo clarificar o que se entende por "situação de crise" e o modo de cooperação entre os Estados-Membros.

A decisão estabelece as regras e condições gerais que permitem às unidades especiais de intervenção de um Estado-Membro prestar assistência e/ou actuar no território de outro Estado-Membro, a pedido deste último.

O relatório do eurodeputado português Armando **FRANÇA** (PSE), aprovado por 558 votos a favor, 56 contra e 10 abstenções, esclarece que esta decisão não abrange manifestações de massa, catástrofes naturais, ou acidentes graves, antes complementa as disposições da decisão Prüm que prevêem formas de assistência policial entre Estados-Membros por meio de unidades especiais de intervenção noutras situações, ou seja, *"em **situações de crise ou atentados terroristas desencadeados por causas humanas**, que apresentem uma ameaça física grave e directa para pessoas, bens, infra-estruturas ou instituições, em particular, a tomada de reféns, o desvio de aviões e acontecimentos afins"*.

A existência deste quadro jurídico e de um compêndio que indique as autoridades competentes permitirá que se reaja rapidamente e se ganhe tempo em caso de ocorrência de uma situação de crise desse género.

"A fim de reforçar a capacidade dos Estados-Membros para prevenir e enfrentar tais situações de crise, designadamente os incidentes terroristas, é essencial que as unidades especiais de intervenção se reúnam regularmente e organizem formações conjuntas, para beneficiarem das suas respectivas experiências", acrescenta o Parlamento Europeu.

Investigação e Inovação

➤ **Medidas para aumentar a mobilidade dos investigadores na UE**

Num relatório sobre o Espaço Europeu da Investigação, o Parlamento Europeu avança com várias recomendações para aumentar a mobilidade dos investigadores na UE, como, por exemplo, a criação de um sistema de "vouchers" de investigação, que poderiam ser

utilizados pelos investigadores noutros Estados-Membros e nos institutos e universidades que os acolhessem, e a criação de bolsas e programas de pós-graduação no âmbito do programa Erasmus.

Segundo o relatório, um meio susceptível de aumentar a mobilidade dos investigadores poderia ser a criação de um sistema de "vouchers" de investigação, que poderiam ser utilizados noutros Estados-Membros e nos institutos e universidades que os acolhessem e que permitiriam disponibilizar recursos financeiros suplementares para a investigação que atrai os investigadores estrangeiros.

"Este sistema não só tornaria mais interessante para os institutos e universidades acolher investigadores de outros Estados-Membros e atrair cientistas eminentes, mas também contribuiria para a criação de centros de excelência que permitam aos programas e organismos de investigação mais atractivos recorrer a um maior número de investigadores e melhorar a sua situação financeira", avançam os eurodeputados.

Entre as várias recomendações feitas no documento, os eurodeputados pedem à Comissão e aos Estados-Membros que reforcem os cursos de pós-graduação e doutoramento, *"incentivando uma supervisão comum da investigação nos diferentes países"*, e que examinem a possibilidade de criar bolsas e programas de pós-graduação no âmbito do programa Erasmus.

O PE sublinha a *"importância de prevenir novas partidas de investigadores europeus competentes"*, requerendo a *"adopção de medidas adequadas para reter os investigadores na UE ou fazê-los voltar à UE"*, nomeadamente garantindo perspectivas de carreira alargadas e condições de trabalho atractivas, tanto para os homens como para as mulheres.

"O acesso dos investigadores à UE não deve ser restringido pelas barreiras nacionais existentes, como o reconhecimento e a transferibilidade insuficientes dos direitos sociais adquiridos, as desvantagens fiscais e as dificuldades inerentes à relocalização de famílias", defende o Parlamento.

Os eurodeputados apoiam a proposta da Comissão no sentido de criar um sistema de *"cartão azul"*, que, segundo os mesmos, *"seria precioso para os recursos humanos em ciência e tecnologia"*.

Mais investimentos em I&D

O financiamento da I&D na UE continua a estar muito aquém do objectivo de 3% do PIB até 2010 fixado em Lisboa. Os dados relativos às despesas em I&D mostram que a média da UE é de apenas 1,84% do PIB contra 2,68% nos EUA e 3,18% no Japão. Dentro da UE, as despesas variam entre 0,39% na Roménia e 3,86% na Suécia.

O PE sublinha a importância de aumentar a despesa média assim como as despesas em alguns Estados-Membros, *"uma medida fundamental para criar condições propícias à realização da economia do conhecimento preconizada na Estratégia de Lisboa"*.

O relatório foi aprovado por 602 votos a favor, 18 contra e 6 abstenções.

Umberto GUIDONI (CEUE/EVN, IT)
Relator

Pescas

➤ Reduzir as capturas acessórias e eliminar as devoluções nas pescarias europeias

O PE pronunciou-se sobre a Comunicação da Comissão intitulada *"Uma política destinada a reduzir as capturas acessórias indesejadas e a eliminar as devoluções nas pescarias europeias"*. Os eurodeputados consideram que a maneira mais sensata de avançar é escolher algumas pescarias piloto, em função do volume das devoluções ou do estado de

conservação das espécies em causa, e sugerem duas pescarias possíveis: as que utilizam redes de arrasto de vara e as que pescam e devolvem ao mar o bacalhau.

As capturas acessórias e as devoluções ao mar constituem um grave problema ecológico e económico. Por um lado, são responsáveis pelo desequilíbrio registado em alguns ecossistemas e, por outro, são apontados como a principal causa para a depauperação dos stocks, alguns deles com elevado valor comercial, como é o caso do bacalhau.

Segundo as estimativas, o volume anual de devoluções situa-se entre 7 e 27 milhões de toneladas, o que representa um quarto de todos os peixes e outras espécies capturados.

Num relatório elaborado pelo eurodeputado sueco Carl **SCHLYTER** (Verdes/ALE), aprovado por 616 votos a favor e 22 contra, o Parlamento Europeu congratula-se com a nova tentativa feita pela Comissão Europeia para estimular o debate sobre este assunto tão grave, *"com o objectivo de imprimir finalmente uma nova orientação à Política Comum da Pesca (PCP) no sentido de eliminar finalmente a prática das devoluções"*.

Segundo os eurodeputados, uma maneira eficaz de reduzir as capturas acessórias indesejadas e as devoluções consiste na redução do esforço de pesca global, *"uma vez que as espécies depauperadas são compostas sobretudo por peixes subdimensionados"*, acompanhada de uma melhoria das medidas selectivas. *"A redução da pressão da pesca traria valiosos benefícios ao sector, permitindo que as populações em risco de esgotamento se reconstituíssem e se tornassem mais produtivas e tornando mais rápida e menos penosa a operação de separação das capturas"*, afirmam.

Os parlamentares salientam a importância da redução voluntária do esforço de pesca que se verifica em determinadas pescarias e apelam que se estabeleçam *"mecanismos que permitam compensar financeiramente os pescadores por esse esforço"*.

Medidas para incentivar o sector a aperfeiçoar as práticas de pesca

O Parlamento Europeu encoraja a Comissão, os Estados-Membros e outros interessados a considerar a aplicação de medidas para incentivar o sector a aperfeiçoar as práticas de pesca, avançando com várias medidas de incentivo possíveis:

- autorizar o aumento do número de dias no mar ou aumentar o tempo de pesca autorizado dos barcos que utilizam artes mais selectivas;
- dar acesso preferencial aos barcos que utilizam artes selectivas às zonas fechadas aos barcos que não utilizam artes selectivas;
- autorizar os barcos com artes mais selectivas a pescar durante períodos em que a pesca é proibida aos outros barcos.

"O sector reagiria de forma mais favorável e eficaz a uma combinação de incentivos positivos e negativos", nota o relator, acrescentando que *"a proibição das devoluções só deveria ser aplicada depois de terem sido experimentados outros tipos de incentivos negativos, como o aumento progressivo da malhagem, zonas de defeso, etc."*.

"Se a proibição das devoluções for decretada para certas pescarias, para evitar efeitos perversos, como a criação de um mercado para o peixe imaturo ou o peixe capturado para o qual não existam quotas disponíveis, a comercialização directa desse peixe não deve, em circunstância alguma, ser autorizada", sublinham os eurodeputados. O PE considera que os navios podem ser compensados dos custos resultantes do desembarque de capturas que teriam rejeitado e que, por exemplo, *"este peixe poderia ser utilizado para produzir farinha e óleo de peixe, devendo todas as empresas que utilizem esta possibilidade contribuir para um fundo de compensação criado à escala regional"*.

Pescarias piloto

De acordo com os eurodeputados, *"a maneira mais sensata de avançar é escolher algumas pescarias piloto"*, em função do volume das devoluções ou do estado de conservação das espécies em causa. Os projectos-piloto devem ser seleccionados em diversas zonas, de modo a

representar a variedade geográfica das pescarias comunitárias. O relatório sugere que *"duas pescarias possíveis são as que utilizam redes de arrasto de vara e as que pescam e devolvem ao mar o bacalhau"*.

Por fim, os parlamentares relembram que "o impacto da pequena pesca nas devoluções é mínimo", solicitando *"um maior apoio comunitário para a promoção e o desenvolvimento da pequena pesca costeira e artesanal"*.

Carl SCHLYTER (Verdes/ALE, SE)
Relator

➤ **Nova legislação sobre estatísticas relativas à produção aquícola na UE**

Num mundo onde os recursos haliêuticos são cada vez mais escassos e onde a procura mundial de peixe e marisco não pára de aumentar, a aquacultura adquire uma importância cada vez maior. O Parlamento Europeu votou sobre uma proposta de regulamento que visa substituir a actual legislação comunitária relativa à comunicação pelos Estados-Membros de estatísticas sobre a produção aquícola, a qual está em vigor há mais de dez anos.

O relator e presidente da Comissão das Pescas do PE, Philippe **MORILLON** (ALDE, FR), apoia a proposta apresentada pela Comissão Europeia, propondo, no entanto, algumas alterações com vista a melhorar a clareza e a coerência do texto, ter em conta as dificuldades de certos Estados-Membros e prever uma informação e um acompanhamento regulares do Parlamento Europeu e do Conselho sobre a aplicação do regulamento.

Segundo o eurodeputado, cujo relatório foi aprovado por 599 votos a favor, 9 contra e 17 abstenções, as modificações propostas permitem uma melhor transmissão dos dados anuais sobre o volume da produção aquícola.

Para garantir uma transição sem contratempos do regime actualmente aplicável, o regulamento deve prever, segundo o Parlamento Europeu, a possibilidade de os Estados-Membros beneficiarem de um período transitório de um máximo de três anos quando a sua aplicação aos sistemas estatísticos nacionais exija grandes adaptações e possa causar problemas significativos de ordem prática.

No prazo de três anos após a data de entrada em vigor do regulamento, e posteriormente de três em três anos, a Comissão apresentará um *"relatório de avaliação"* ao PE e ao Conselho sobre as estatísticas elaboradas e, em particular, sobre a sua pertinência e qualidade. Os eurodeputados querem que esse relatório contenha igualmente uma *"análise da relação custo-eficácia do sistema instituído para a recolha e a elaboração dos dados estatísticos"* e que indique as melhores práticas para reduzir a carga suportada pelos Estados-Membros e para melhorar a utilidade e a qualidade dos dados.

Contexto

A legislação comunitária nesta matéria – Regulamento (CE) nº 788/96 – está em vigor há mais de dez anos. Prevê que os Estados-Membros apresentem à Comissão dados anuais relativos ao volume da produção aquícola.

Depois de este texto ter sido adoptado, a aquacultura conheceu um grande desenvolvimento e tornou-se um sector com um importante papel socioeconómico em várias regiões europeias, permitindo o desenvolvimento de uma indústria transformadora muito promissora.

Tornou-se, portanto, imperioso poder dispor de um conjunto mais vasto de dados para se poder desenvolver e gerir racionalmente esta actividade no quadro da Política Comum da Pesca: *"a necessidade de uma vasta recolha de dados estatísticos sobre a aquacultura decorre da importância de poder dispor de uma perspectiva fiável e de um panorama completo das empresas aquícolas, do seu modo de cultura e dos diferentes ambientes de produção"*, acrescenta o relator.

Dados sobre o sector aquícola na EU

O sector aquícola da União Europeia representa um total de 1,3 milhões de toneladas de produtos da pesca por ano e cerca de 3 mil milhões de euros, o que corresponde a aproximadamente um terço do valor total da produção do sector da pesca da UE e, *grosso modo*, a um quinto do seu volume. Nalguns Estados-Membros, o valor dos produtos de cultura é mais elevado do que o dos produtos de pesca desembarcados. Noutros, a aquacultura representa uma parte importante da produção total.

Além de se tratar de um sector com grande produção para os consumidores europeus, a aquacultura fornece igualmente boas perspectivas de emprego nas regiões dependentes da pesca, representando mais de 80 mil empregos, a tempo inteiro e a tempo parcial, o equivalente a 57 mil empregos a tempo inteiro.

Philippe MORILLON (ALDE, FR)
Relator

Nota:

Os textos são da responsabilidade do GEPSP e feitos com base na informação do Serviço de Imprensa português do Parlamento Europeu.